

“Inovações” na Educação

ESTADO DE SÃO PAULO 111 JAN 1993

O Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro acaba de receber proposta do governador Leonel Brizola, criando um ciclo básico para o ensino público, eliminando-se a reprovação ao final de cada ano letivo. Segundo o governador, o objetivo da proposta é diminuir o alto índice de evasão escolar no Estado — 53% da clientela apenas no primeiro ano do primeiro grau.

A proposta assegura que nenhuma criança deixará de ser promovida, mas garante um “tratamento diferenciado”, na série seguinte, ao aluno que não alcançou tudo o que dele se esperava na série que já cursou. Oficialmente se reconhece a não assimilação pelo educando do conhecimento proposto para aquela etapa do processo educacional. Mesmo assim, o aluno será “ejetado” para a próxima. Há tempos o governador Brizola insiste em que aluno feliz é aluno aprovado. E, supõe o governador, aluno feliz não sai da escola. Todo cuidado é pouco com essa “verdade” simplificadora.

Do mesmo modo que oferecer merenda escolar, um banho por dia e uma visita ao dentista por semestre não é suficiente para capacitar qualquer um para lidar com a competição presente na sociedade e na fábrica, eliminar por decreto a avaliação rotineira não é garantia de que se está construindo, via escolaridade, uma democracia de oportunidades. Não é a presença física no ambiente escolar que educa qualquer criança. Fazer confusão entre os aspectos materiais da Educação, quantitativos todos — o estado do prédio, livros e cadernos à disposição da criança e a quantidade de horas ou anos que a criança passa na escola —, com o essencial, ou

seja, a qualidade do ensino ministrado, é antes de mais nada servir-se da Educação para outros fins. Para quem concebe a Educação como meio, saber ou não se o aluno foi de fato educado é o que menos importa.

Antes que o essencial supere o material, convém lembrar os dados do Banco Mundial de 1991, analisando duas gerações dos brasileiros mais pobres: 41,6% deles permaneciam na mesma situação de seus pais, enquanto 11,3% tinham status social pior que a geração anterior, isso apesar dos dados provando que a segunda geração teve passagem, significativamente maior, pela escolaridade formal. Ou seja, muito tempo de escola ruim vale bem menos do que menos tempo de uma escola realmente capacitadora de uma clientela carente.

Como percebeu a diretoria do IBGE quando informou que apenas 22% das crianças brasileiras completam o primeiro grau, a evasão escolar está ligada à qualidade do ensino que começa na qualificação e disposição do professor para educar bem. Está ligada ao essencial da Educação e não ao material.

Será que o engenheiro Brizola só pensa nos aspectos materiais da Educação de seu Estado?

